



Caderno de Negociação

DIEESE

Número 66 - junho de 2023

MERCADO DE TRABALHO

Cai número de trabalhadores no setor têxtil e do vestuário

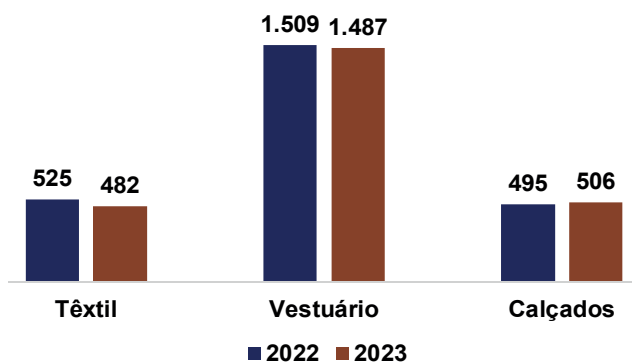
Os setores têxtil e do vestuário tiveram redução do número de trabalhadores (-8% e -1%, respectivamente) entre os primeiros trimestres de 2022 e 2023, enquanto o de calçados cresceu (2%).

De janeiro a março de 2023, quase metade (47%) dos trabalhadores do segmento têxtil tinha carga horária semanal de trabalho inferior a 40 horas. Já nos setores do vestuário e de calçados, a maioria trabalhava entre 40 e 44 horas na semana.

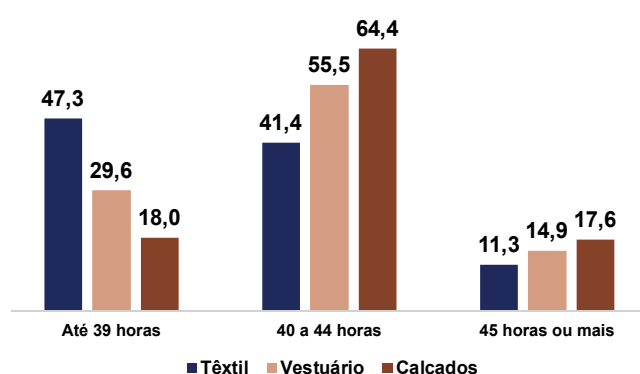
Entre os três segmentos, os trabalhado-

res tinham o maior rendimento real médio no de calçados (R\$ 1.804, no 1º trimestre de 2022, e R\$ 1.783, no 1º trimestre de 2023), mesmo com pequena queda (-1,2%) no período. No vestuário, os rendimentos médios caíram de forma mais acentuada (-6,0%), passando de R\$ 1.728 para R\$ 1.625 no mesmo período. Já no segmento têxtil, houve pequeno crescimento (1,4%): o rendimento real médio subiu de R\$ 1.498 para R\$ 1.519 nos mesmos trimestres.

Evolução do número de ocupados em três setores 1º trimestre de 2022 e de 2023 (em mil pessoas) Brasil

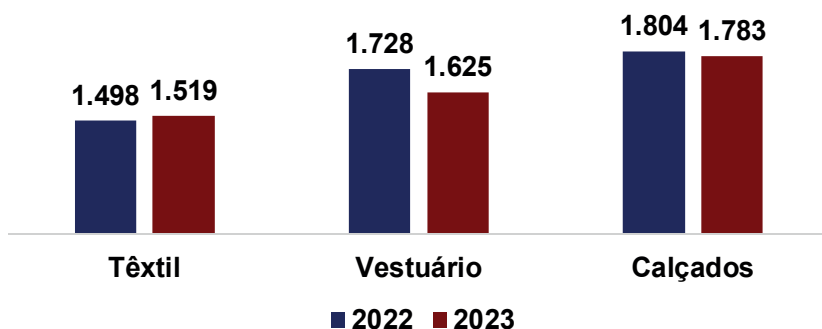


Distribuição dos ocupados, segundo carga semanal de trabalho e setor de atividade econômica (em horas) - Brasil, 2023



Fonte: IBGE. PnadC

Rendimento real médio habitual, segundo setor de atividade (em valores do 1º tri/2023) - Brasil



Fonte: IBGE. PnadC

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Maio: cerca de 88% dos reajustes ficam acima da inflação

Cerca de 88% dos reajustes de 759 negociações, referentes à data-base maio, analisados até 6 de junho, ficaram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE); outros 11% se igualaram a ele; e apenas quatro reajustes (0,5%) foram inferiores à inflação.

A variação real média dos resultados de maio, equivalente à média dos reajustes, descontada a inflação, foi positiva: 1,91% acima do INPC.

No acumulado de 12 meses, aumentos re-

ais ocorreram em 41,7% das negociações; reajustes iguais ao INPC, em 32,1%; e abaixo dele, em 26,2%. A variação real média foi de 0,15%.

Das 12 categorias analisadas nesse Caderno, destacam-se a dos trabalhadores/as no setor de calçados, com aumentos acima do INPC em 85,4% dos casos; metalúrgicos, com 72,6%; e trabalhadores rurais, com 71%. As negociações na saúde privada foram as mais difíceis: registraram perdas reais em 42,90% dos casos analisados.

Os maiores valores médios dos pisos foram encontrados nos instrumentos coletivos dos metalúrgicos (R\$ 1.707,78) e dos/as trabalhadores/as em transportes (R\$ 1.646,09).

Negociações - Brasil - Últimas 12 datas-bases

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Jun/22	42,2%	27,2%	30,7%	-0,60%	1.833
Jul/22	18,2%	21,3%	60,6%	-2,25%	1.388
Ago/22	35,3%	38,2%	26,5%	-0,11%	912
Set/22	47,1%	32,1%	20,7%	0,11%	1.894
Out/22	57,7%	31,5%	10,8%	0,81%	1.022
Nov/22	46,1%	45,3%	8,5%	0,47%	1.524
Dez/22	66,9%	26,3%	6,9%	0,61%	160
Jan/23	69,3%	22,0%	8,7%	0,76%	1.926
Fev/23	72,7%	17,0%	10,3%	0,75%	601
Mar/23	69,0%	25,3%	5,8%	0,79%	918
Abr/23	60,1%	37,0%	2,9%	1,17%	346
Mai/23	88,4%	11,1%	0,5%	1,91%	759
12 meses	41,7%	32,1%	26,2%	0,15%	8.733
2023	72,2%	21,3%	6,5%	0,99%	4.550










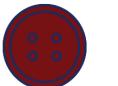


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC
Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 06/06/2023

Pisos salariais negociados - Categorias selecionadas - Brasil, junho 2022 a maio 2023

Categorias	Valor médio	
Alimentação	R\$ 1.586,74	1.187
Calçado	R\$ 1.427,95	101
Comerciários	R\$ 1.486,36	1.569
Educação privada	R\$ 1.576,36	46
Extrativa	R\$ 1.546,77	142
Metalúrgicos	R\$ 1.707,78	1.055
Químicos	R\$ 1.594,65	453
Rurais	R\$ 1.513,43	456
Saúde privada	R\$ 1.431,81	589
Têxteis	R\$ 1.460,52	148
Transportes	R\$ 1.646,09	1.341
Vestuário	R\$ 1.381,64	192

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC
Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 06/06/2023

Reajustes salariais por categorias selecionadas - Brasil, junho de 2022 a maio de 2023

ALIMENTAÇÃO		CALÇADOS		COMERCIÁRIOS		EDUCAÇÃO PRIVADA	
	Acima 55,30% Igual 31,80% Abaixo 12,90%		Acima 85,40% Igual 8,30% Abaixo 6,30%		Acima 39,50% Igual 54,50% Abaixo 6,00%		Acima 76,50% Igual 11,80% Abaixo 11,80%
Variação média real	0,31%	Variação média real	0,41%	Variação média real	0,21%	Variação média real	0,34%
Total (nº de reajustes)	1.167	Total (nº de reajustes)	96	Total (nº de reajustes)	1.597	Total (nº de reajustes)	85
EXTRATIVA		METALÚRGICOS		QUÍMICOS		RURAIS	
	Acima 48,40% Igual 32,30% Abaixo 19,40%		Acima 72,60% Igual 20,60% Abaixo 6,70%		Acima 50,30% Igual 42,00% Abaixo 7,70%		Acima 71,00% Igual 18,10% Abaixo 10,80%
Variação média real	0,31%	Variação média real	0,69%	Variação média real	0,46%	Variação média real	1,10%
Total (nº de reajustes)	155	Total (nº de reajustes)	1.177	Total (nº de reajustes)	455	Total (nº de reajustes)	397
SAÚDE PRIVADA		TÊXTEIS		TRANSPORTES		VESTUÁRIO	
	Acima 38,50% Igual 18,60% Abaixo 42,90%		Acima 51,30% Igual 25,30% Abaixo 23,30%		Acima 56,60% Igual 23,10% Abaixo 20,30%		Acima 64,40% Igual 6,70% Abaixo 28,90%
Variação média real	-1,22%	Variação média real	0,13%	Variação média real	0,48%	Variação média real	0,15%
Total (nº de reajustes)	652	Total (nº de reajustes)	150	Total (nº de reajustes)	1.166	Total (nº de reajustes)	194

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC

GREVES

Perdas inflacionárias acumuladas motivam greves de servidores públicos estaduais em 2023

De acordo com números preliminares do primeiro semestre de 2023, os servidores públicos dos poderes executivos estaduais realizaram 68 greves: 39 envolvendo profissionais da educação; 13, da saúde; três de profissionais que atuam em fundações e institutos. Houve ainda uma paralisação na segurança pública. Foram promovidas, ainda, sete mobilizações, de modo conjunto, por trabalhadores de todas as pastas – ou por profissionais de outras.

Servidores dos judiciários estaduais cruzaram os braços cinco vezes.

No período considerado, a exigência de reajuste salarial fez parte de cerca de 79% das pautas das greves dos servidores e a demanda por mais investimentos nos serviços públicos, de aproximadamente dois quintos (43%).

As reivindicações pela implantação, modificação ou cumprimento dos planos de cargos,

carreiras e salários estava entre as demandas de um terço das greves (35%), proporção parecida com a exigência de pagamento do piso salarial (32%). No caso dos profissionais docentes da educação, trata-se da reivindicação de reajuste de 14,95% no piso.

Entre profissionais da enfermagem, permanece o impasse entre a lei aprovada no Congresso Nacional e a suspensão liminar que impediu que o piso fosse aplicado. Em 16/06, novo pedido de vista (mais tempo de análise) adiou pela segunda vez o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Os servidores públicos estaduais, por meio das greves por reajuste de salários, continuam chamando a atenção para perdas inflacionárias por períodos frequentemente longos – que chegam mesmo, em alguns casos, a ultrapassar quatro anos.

Greves de servidores públicos estaduais Brasil - 1º semestre 2023 (números preliminares)

Esfera/área	Nº	%
Poder Executivo Estadual	63	92,6
Educação	39	57,4
Saúde	13	19,1
Fundações e institutos	3	4,4
Segurança	1	1,5
Outras pastas (ou greves gerais)	7	10,3
Poder Judiciário Estadual	5	7,4
Total	68	100

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Principais reivindicações das greves Brasil - 1º semestre 2023 (números preliminares)

Reivindicação	Nº	%
Reajuste salarial	54	79,4
Investimento nos serviços públicos	29	42,6
PCS - Plano de Cargos e Salários	24	35,3
Piso salarial	22	32,4
Condições de trabalho	17	25,0
Contratação	15	22,1
Total de greves de servidores estaduais no 1º sem./2023	68	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

pós-graduação on-line em

ECONOMIA E TRABALHO

Aulas transmitidas ao vivo
às segundas e quartas-feiras,
no período noturno

Inscrições abertas

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

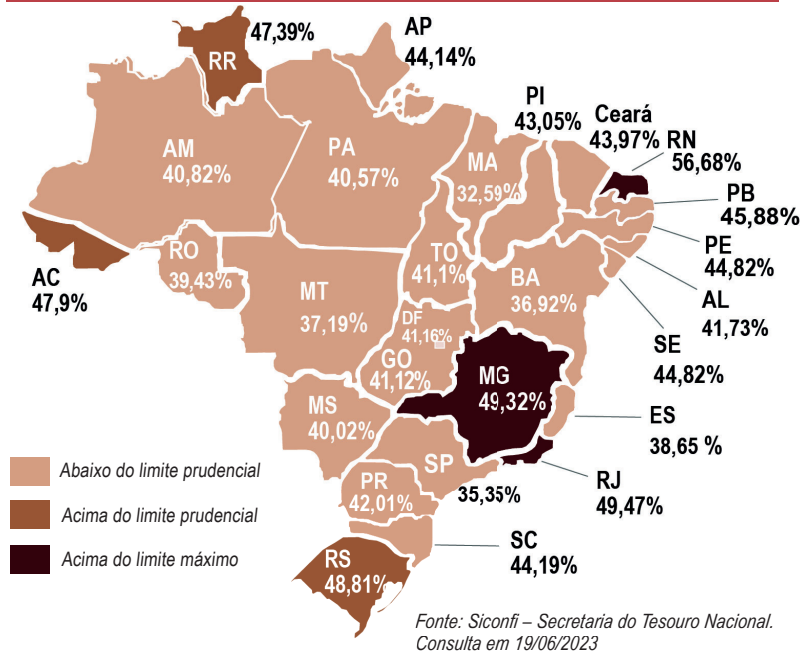
Apenas três UFs ultrapassam limite máximo de gastos com pessoal

Quando se compara a *despesa total com pessoal* (DTP) com a *receita corrente líquida* (RCL) ajustada, é possível obter uma *fotografia* da situação de cada estado brasileiro em relação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) para gastos com pessoal. O limite máximo da relação DPT/RCL é de 49% e o prudencial, de 46,55%.

Quando esses limites são ultrapassados, os chefes dos poderes estão sujeitos a sanções legais progressivas, como a proibição de criação de cargos e restrições para a obtenção de crédito, conforme previsto nos artigos 22 e 23 da LRF.

No primeiro quadrimestre de 2023, Roraima, Acre e Rio Grande do Sul ultrapassaram o limite prudencial, enquanto Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte excederam o limite máximo, como demonstra o mapa.

Despesa total com pessoal como porcentagem da receita corrente líquida - Poder Executivo Estadual 1º quadrimestre de 2023



DIREITOS

Cláusulas relacionadas a jovens trabalhadores

Cláusulas relacionadas ao trabalho dos jovens são muito difundidas nos acordos e convenções coletivas de trabalho. A maior parte dispõe sobre o trabalho do jovem aprendiz, um tipo de contrato de trabalho instituído pela Lei 10.097, de 2000. O abono de faltas para estudantes, para a realização de provas escolares e exames vestibulares, também aparece nos acordos e convenções.

Confira algumas cláusulas:

CONTRATAÇÃO DE MENOR APRENDIZ

Poderá ser contratado menor aprendiz, aqui entendido entre 14 anos e 18 anos, desde que regularmente matriculado em cursos regulamentados, por prazo determinado, não superior a dois anos.

Parágrafo primeiro - A jornada diária máxima para os menores aprendizes não poderá ser superior a seis horas diárias nem a jornada semanal poderá ultrapassar vinte e cinco horas.

Parágrafo segundo - A remuneração dos menores aprendizes será correspondente a horas trabalhadas, incluído o Descanso Semanal Remunerado (DSR).

EMPREGADOS ESTUDANTES

Fica vedada a prorrogação de horário de trabalho aos empregados estudantes ou mudança de escalonamento que venha a prejudicar a frequência às aulas, exceto em época de recesso escolar e com acordo por escrito dos empregados assistidos pelo órgão de classe. Exceto nas ocorrências de ordem excepcional.

DIVERSIDADE NAS CONTRATAÇÕES

As empresas se comprometem a despender todos os esforços para que, nas novas contratações, respeitada a capacitação individual, sejam observados os princípios da igualdade de oportunidade para os jovens entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos [...] independente do sexo, origem étnica ou religião.

TRABALHO DO MENOR

Em caso de utilização da mão de obra de jovens, os empregadores observarão a legislação em vigor, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo jovens ser lotados ou auxiliar em serviços de manuseio de agrotóxico, defensivos agrícolas e/ou operação de máquinas agrícolas.

Preço da cesta cai em 11 capitais em maio

Das 17 capitais onde o DIEESE realiza a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos, 11 registraram queda nos preços entre abril e maio de 2023. As reduções mais importantes ocorreram em Brasília (-1,90%) e Campo Grande (-1,85%).

As variações mais expressivas foram observadas nos seguintes itens:

Óleo de soja – A redução do preço nacional e internacional da soja e a demanda enfraquecida no mercado interno resultaram em diminuição dos preços praticados no varejo em todas as capitais, entre abril e maio. Em 12 meses, o movimento também foi de queda em todas as cidades.

Carne bovina de primeira – Houve recuo no preço médio do quilo na maioria das capitais. A oferta interna foi maior, mesmo com o aumento das exportações. Além disso, a demanda interna ficou mais fraca,

por causa dos altos preços praticados no varejo.

Açúcar refinado – O açúcar seguiu em tendência de alta em 14 das 17 capitais. A maioria das cidades também registrou aumento em 12 meses. A menor oferta, apesar de maio ser o primeiro mês de safra, se deu por causa das chuvas, que dificultaram o transporte da cana, e do alto preço praticado pelos produtores.

Tomate – Entre abril e maio, a oferta continuou reduzida e os preços subiram no varejo, em 14 das 17 capitais. Em 12 meses, o valor médio aumentou em 10 cidades.

Leite integral e manteiga – O início da entressafra do leite reduziu a oferta no campo e elevou o preço dos derivados. Dessa forma, em maio, a cotação média do leite integral aumentou em 14 capitais e a da manteiga, em 10. Em 12 meses, o valor médio do leite e da manteiga acumulou alta em todas as cidades.

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – maio de 2023

Capital	Valor da cesta	Varição mensal (%)	Varição 12 meses (%)
São Paulo	791,82	-0,36	1,79
Porto Alegre	781,56	-0,25	1,67
Florianópolis	765,13	-0,55	-0,90
Rio de Janeiro	749,76	-0,13	3,62
Campo Grande	724,09	-1,85	2,54
Vitória	706,06	0,31	1,12
Goiânia	704,89	-0,01	4,49
Curitiba	703,83	1,41	-1,38
Brasília	703,43	-1,90	1,02
Fortaleza	672,66	0,43	7,03
Belém	669,80	1,37	6,56
Belo Horizonte	666,82	-0,32	2,10
Natal	602,16	-0,62	2,68
Salvador	594,32	1,42	2,67
Recife	587,13	0,84	-1,47
João Pessoa	580,95	-0,76	2,34
Aracaju	553,76	-0,02	0,98

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - junho 2022 a maio 2023

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	3,74
- Alimentação e bebidas	5,09
- Alimentação no domicílio	4,29
- Alimentação fora do domicílio	8,10

Fonte: IBGE

Índices de inflação IBGE	Maio de 2023 (%)	Jun/22 a Mai/23 (%)	Projeção de inflação		
			jul/22 a jun/23 (%)	ago/22 a jul/23 (%)	set/22 a ago/23 (%)
INPC	0,36	3,74	3,00	3,92	4,47
IPCA	0,23	3,94	3,14	4,15	4,75

Fonte: IBGE e BC. A projeção de inflação realizada em 23/06 para junho ficou em -0,10%, para julho, em 0,29%; e agosto, em 0,22%

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - maio de 2023

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 6.652,09
Salário Mínimo	R\$ 1.320,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	5,04

Fonte: DIEESE